

**NOTA SOBRE O FICHEIRO RELATIVO À DURAÇÃO MÉDIA (EM MESES) DOS PROCESSOS FINDOS
NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS DE 1.ª INSTÂNCIA NO 1.º SEMESTRE DE 2023 E SOBRE AS ESTATÍSTICAS
DA JUSTIÇA**

O ficheiro (~~xlsx~~) contém dados estatísticos disponíveis sobre a duração média (em meses) dos processos findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância, no 1.º semestre de 2023, com exclusão das ações executivas. Os dados de 2023 relativos à duração média dos processos findos nos tribunais administrativos e fiscais não estão ainda disponíveis ao público, prevendo-se a sua disponibilização no final do próximo mês de abril.

É de sublinhar que a disponibilização de estatísticas oficiais, em concreto as da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), segue um calendário de divulgação, o qual é anualmente pré-definido em obediência às normas e boas práticas que orientam a produção e a difusão das estatísticas oficiais. Por conseguinte, a definição deste calendário tem em consideração não critérios burocráticos e arbitrários, mas sim regras técnicas relacionadas com os procedimentos de recolha e de tratamento dos dados estatísticos nas diferentes áreas, os quais pretendem *i)* assegurar o rigor e a completude dos dados e *ii)* garantindo que estes retratam fielmente a realidade a que respeitam.

Assim, são definidas como datas de divulgação aquelas em que é possível concluir estes procedimentos estatísticos de recolha, de consolidação, de verificação, de correção e de apuramento dos dados, de modo a assegurar a sua fiabilidade.

Atentos os atuais procedimentos de registo e de recolha dos dados dos tribunais administrativos e fiscais, no caso concreto a partir do sistema SITAF¹, os procedimentos que asseguram a referida consolidação apenas permitem proceder à divulgação dos dados de 2023 daqueles tribunais no final de abril do presente ano. Esta divulgação será efetuada na altura, em razão dos princípios que visam salvaguardar a fiabilidade e a imparcialidade das estatísticas oficiais, a todos os utilizadores e ao mesmo tempo.

¹ O SITAF (Sistema de Informação de gestão dos Tribunais Administrativos e Fiscais) permite a tramitação eletrónica nos tribunais administrativos e fiscais

Os imperativos legais a que a DGPJ se encontra sujeita enquanto entidade com competências delegadas pelo Instituto Nacional de Estatística para a recolha, tratamento e divulgação dos dados estatísticos relativos à área da justiça, e que obrigam a que sejam seguidos determinados procedimentos que garantem a fiabilidade da informação, são os consagrados na Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008, de 13 de maio) e no Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

Nestes normativos, são princípios fundamentais os da independência técnica, imparcialidade e objetividade, os quais implicam que o momento e o conteúdo das publicações estatísticas são decididos autonomamente pelas autoridades estatísticas tendo em conta o objetivo de fornecer informação estatística completa e atempada.

O ficheiro (*docx*) enquadra, com maior detalhe, a questão do acesso aos resultados estatísticos dever ser feito por todos os utilizadores no mesmo momento e respeitar os calendários pré-estabelecidos.